

Programa de Redução do Custo-Brasil

Novembro de 2023

Secretaria de Competitividade e
Política Regulatória
Ministério do Desenvolvimento,
Indústria, Comércio e Serviços

DIAGNÓSTICO

INDICADOR

CONSULTA PÚBLICA

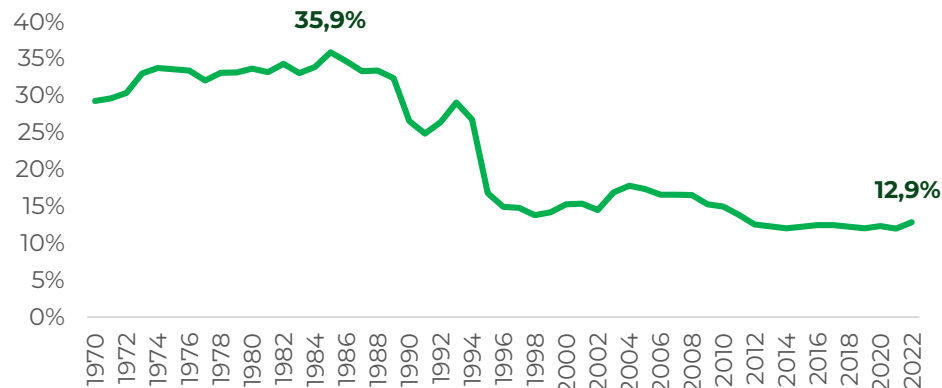
DEMANDAS DO SETOR PRODUTIVO

IMPLEMENTAÇÃO

DIAGNÓSTICO: PROBLEMAS DA INDÚSTRIA SE SITUAM DA PORTA DA FÁBRICA PARA FORA

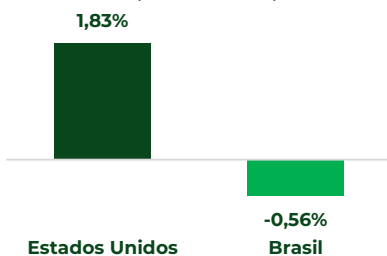
Sintomas dos problemas da Indústria:

Participação da Indústria de transformação no PIB
(1970-2022)



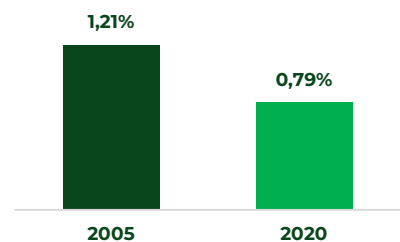
Fonte: IBGE/SCN.

Crescimento anual da produtividade
(2000-2020)



Fonte: IBGE/SCN e BLS.

% das exportações da indústria brasileira nas exportações industriais mundiais



Fonte: Elaboração própria, a partir de Comex-Stat e UM Comtrade.

Causas dos problemas da Indústria:

Grande parte dos problemas da Indústria se situa da porta da fábrica para fora.

Exemplos:

Custo logístico em % do PIB

Brasil: 11,6% do PIB
Média OCDE: 8,7% do PIB
Fonte: Armstrong and Associates, 2020.

Encargos trabalhistas: contribuições sociais e impostos sobre a folha do empregador como % dos custos totais

Brasil: 25,8% do PIB.
Média OCDE: 13,8% do PIB.
Fonte: Texto para Discussão 288/2020 do Senado Federal.

Contencioso administrativo tributário:

Brasil: 16% do PIB.
Média OCDE: 0,28% do PIB.
Fonte: INSPER. Núcleo de tributação do Insper.
Contencioso tributário no Brasil: relatório 2020.

Judicialização trabalhista: Número de processos trabalhistas

Brasil: 27.957 por milhão de habitante.
Média OCDE: 3.486 por milhão de habitante.
Fonte: Tribunal Superior do Trabalho e OIT.

Agilidade do *enforcement* legal: dias para julgamento em 1ª instância

Brasil: 1.155 dias.
Média OCDE: 244 dias.
Fonte: CNJ e OECD.

Complexidade tributária: tempo para pagar impostos

Brasil: 1.501 horas.
Média OCDE: 164 horas.
Fonte: Doing Business 2020.

Carga tributária do setor privado

Brasil: 65,1% do lucro líquido
Média OCDE: 41,6% do lucro líquido
Fonte: Doing Business 2020.

Tributação sobre as exportações: (Tributação das exportações/total de tributação)

Brasil: 0,9%
Média OCDE: 0,3%
Fonte: FMI.

DIAGNÓSTICO

INDICADOR

CONSULTA PÚBLICA

DEMANDAS DO SETOR PRODUTIVO

IMPLEMENTAÇÃO

INDICADOR: CUSTO-BRASIL EQUIVALENTE A 19,5% DO PIB, RESULTANTE EM GRANDE PARTE DE MÁ QUALIDADE REGULATÓRIA



- **Estimativa do Custo Brasil:** R\$ 1,7 trilhão/ano (19,5% do PIB).

- **Má qualidade regulatória do Brasil** é captada por diversos indicadores internacionais:

- Posição 124/190 no **Doing Business 2020**, do Banco Mundial (abaixo de México e Colômbia; último colocado dos BRICs)
- Posição 39/40 no **Product Market Regulation**, da OCDE.
- Posição 141/141 no **Global Competitiveness Index 2019** (dimensão de fardo regulatório), do Fórum Econômico Mundial.
- Posição 60/64 no **Anuário de Competitividade Mundial do IMD 2023**, do IMD Competitiveness Center.

DIAGNÓSTICO

INDICADOR

CONSULTA PÚBLICA

DEMANDAS DO SETOR PRODUTIVO

IMPLEMENTAÇÃO

ALTA REPRESENTATIVIDADE DA INDÚSTRIA NA CONSULTA PÚBLICA (1/2)

- **Total de contribuições:** 1.283
- **Participantes:** 101
- **Confederações:** 3 (CNI, CNA, CNT)
- **Federações de Indústrias:** 3 (FIESP, FIEMG e FIEA)
- **Organizações da Sociedade Civil:** 2 (Instituto Trata Brasil e IBRAC)
- **Câmaras de Comércio:** 2 (EUA e Japão)

Total de participantes:

FONTE	PARTICIPANTES
Confederações	3
Federações de Indústrias	3
Associações	56
Empresas	24
Organizações da sociedade civil	2
Câmaras de comércio	2
Frente Parlamentar	1
Pessoa física	10
Total	101

ALTA REPRESENTATIVIDADE DA INDÚSTRIA NA CONSULTA PÚBLICA (2/2)

Contribuições por setores:

SETOR	PERCENTUAL
Indústria	42,4%
Gás Natural e Petróleo	10,6%
Energia elétrica	9,4%
Transportes	8,2%
Telecomunicações	7,1%
Tecnologia da informação	5,9%
Setor financeiro	5,9%
Saúde	3,5%
Agropecuária	2,4%
Serviços profissionais	2,4%
Comércio	1,2%
Saneamento básico	1,2%

Outros destaques:

- **23 associações da indústria:** Abinee, Anfavea, Abit, Abividro, Abimed, ABBD, Abimaq, IABr, Abicalçados, Acessa, ABCP, ABHIPEC, Abraciclo, FarmaBrasil, Sinpa, ABIFINA, ABAL, Abiquim, Ápice, Sindirações, Abiis, Abiplast, IBRAM.
- **7 associações do setor de energia:** IBP, ABRACE, ABRACEEL, ATGás, ABEEólica, ABPIP, ABEGÁS.
- **5 associações do setor de transporte e logística:** ABEAR, ABAC, ABTP, ATP, USUPPORT.
- Dentre outras associações dos setores de **Telecomunicações, Tecnologia da Informação, Financeiro, Saúde, Agropecuária e Comércio.**

DIAGNÓSTICO

INDICADOR

CONSULTA PÚBLICA

DEMANDAS DO SETOR PRODUTIVO

IMPLEMENTAÇÃO

DEMANDAS DO SETOR PRODUTIVO

Problemas regulatórios apontados:

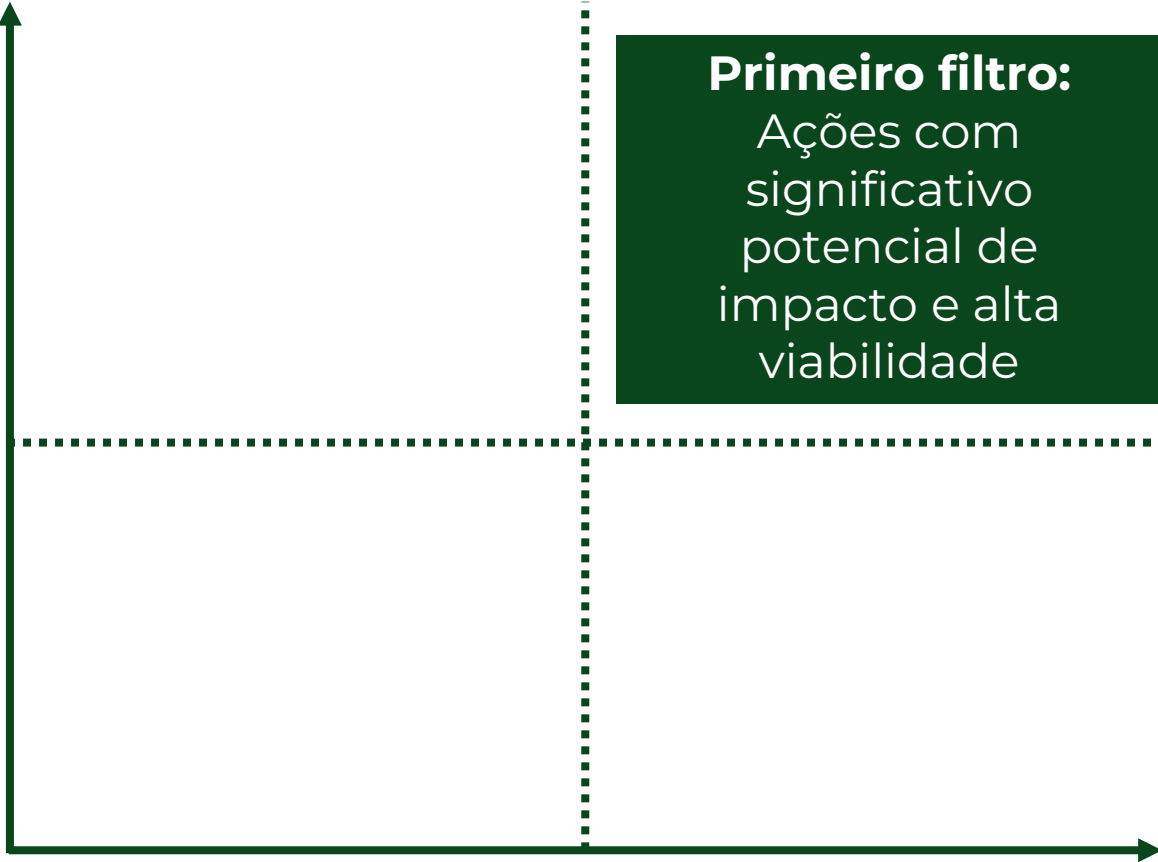
SETOR	PERCENTUAL
Tributário	18,8%
Energia	16,6%
Transportes	14,3%
Comércio exterior	10,6%
Financiamento e garantias	7,6%
Trabalhista	7,3%
Meio Ambiente	5,3%
Telecomunicações	3,6%
Saúde e vigilância sanitária	3,5%
Regulação da inovação	2,9%
Justiça e segurança pública	2,7%
Demais	6,8%

Os principais temas abordados foram:

- **Obrigações tributárias** principais e acessórias.
- Custo de **energia elétrica**.
- Problemas no setor de **gás natural**.
- Regulações do sistema brasileiro de **garantias**.
- Problemas de **transporte e logística**.
- Encargos **trabalhistas**.
- Outros temas: **telecomunicações, comércio exterior, licenciamento ambiental, mercado de carbono e ambiente jurídico-regulatório**.

PRIORIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS (1/3)

Potencial de impacto



Viabilidade/Maturidade

- Primeiramente, realizou-se uma **classificação de todas as contribuições da CP** de acordo com os respectivos potenciais de impacto, e a viabilidade de implementação.
- A partir dessa classificação, são **selecionadas as contribuições que se situam no quadrante com alto potencial de impacto e alta viabilidade ou maturidade.**

AGRUPAMENTO POR EIXOS TEMÁTICOS

Oito eixos temáticos:

EIXO	DESCRIÇÃO	EIXO	DESCRIÇÃO
1	Obrigações tributárias	5	Acesso a infraestrutura de transporte, logística e telecomunicações
2	Financiamento e garantias	6	Integração com a economia global
3	Custo da energia elétrica	7	Meio ambiente e saneamento básico
4	Custo do gás natural	8	Ambiente jurídico-regulatório

DIAGNÓSTICO

INDICADOR

CONSULTA PÚBLICA

DEMANDAS DO SETOR PRODUTIVO

IMPLEMENTAÇÃO

IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA DE REDUÇÃO DO CUSTO-BRASIL

A partir das categorias de ações previstas:

- 1 Trabalho junto ao **Congresso Nacional**.
- 2 Trabalho junto aos **colegiados interministeriais** competentes:
 - CNDI.
 - CNSOA.
 - GT Gás para Empregar.
 - GT DT-e.
 - Fórum Consultivo de Mobilidade Urbana.
 - CISB.
 - CTIQ.
 - PRO-REG.
 - Novo PAC.
- 3 Ações a serem desenvolvidas que perpassam **competências de vários Ministérios**.



CNDI

- Criação de **GT do Custo-Brasil** no âmbito do **CNDI**.
- O GT do Custo-Brasil possibilitará:
 - A **participação do setor privado** nas discussões acerca dos problemas regulatórios.
 - O **envolvimento dos órgãos de governo competentes** ao longo dos trabalhos.

Observatório do Custo-Brasil

- **Instrumento perene de comunicação com o setor produtivo**, para dar transparência às ações envolvidas.

ATUAÇÃO DO GT CUSTO-BRASIL



Composição:

17 Ministérios, BNDES e Finep.

Competências:



1. **Apreciar propostas e fazer sugestões de medidas regulatórias** para o crescimento de longo prazo da produtividade, competitividade e melhoria do ambiente de negócios da economia brasileira;
2. **Identificar fatores que acarretem em custos excessivos para se produzir** na economia brasileira ou em entraves à atividade produtiva;
3. **Submeter ao CNDI propostas de atos normativos de responsabilidade do Poder Executivo;**
4. **Propor o aperfeiçoamento de políticas públicas** que tenham impacto sobre o crescimento de longo prazo da produtividade, competitividade e melhoria do ambiente de negócios da economia brasileira.

AGENDA DE REDUÇÃO DO CUSTO-BRASIL (1/2)



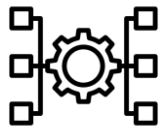
Formação da Agenda:

1. Projetos priorizados a partir da Consulta Pública do Custo-Brasil.
2. Propostas de outros membros do GT do Custo-Brasil.



Governança:

- 17 projetos para execução do GT do Custo-Brasil.
- 24 projetos para monitoramento.



Subgrupos para execução dos projetos:

1. Financiamento e garantias. **(Já iniciado).**
2. Infraestrutura – energia elétrica. **(Já iniciado).**
3. Infraestrutura – telecomunicações. **(Já iniciado).**
4. Infraestrutura – transporte e logística.
5. Transição energética e descarbonização da economia. **(Já iniciado).**
6. Segurança jurídica e ambiente de negócios.

AGENDA DE REDUÇÃO DO CUSTO-BRASIL (2/2)



Acompanhamento Contínuo - Comitê de representantes do GT-CB

PROJETOS A SEREM EXECUTADOS PELO GT CUSTO-BRASIL (1/4)

	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO
1	Racionalizar os encargos setoriais incidentes sobre a tarifa de energia elétrica .	Os encargos setoriais representam hoje cerca de 13,7% da tarifa de energia elétrica, e, mais importante do que isso, apresentam um comportamento crescente: entre 2017 e 2022, os gastos reais da CDE apresentaram um aumento de cerca de 57%, representando R\$ 32 bilhões no último ano.
2	Remover barreiras à navegação hidroviária .	O transporte hidroviário é o modal de transporte mais importante na região Norte e apresenta significativo potencial no país. Para tal, fez-se necessário remover entraves regulatórios e atrair investimentos.
3	Aprimoramentos do sistema geral de garantias da economia brasileira.	Há uma lacuna entre os bens detidos pelas MPE (bens móveis) e as garantias exigidas pelos financiadores (bens imóveis). A solução para esse problema requer aprimoramentos na legislação brasileira.
4	Racionalizar as taxas portuárias .	Mapeou-se um total de 105 taxas portuárias incidentes sobre a atividade exportadora, levando a custos excessivos ao comércio exterior.

PROJETOS A SEREM EXECUTADOS PELO GT CUSTO-BRASIL (2/4)

	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO
5	Desburocratizar o processo de instalação de estações aduaneiras interior .	As estações aduaneiras interior constituem importantes centros de logística, sendo a migração de concessão para autorização uma forma eficaz de difusão desse tipo de instalação.
6	Infraestrutura para a conectividade : trabalhar na harmonização das legislações municipais.	Grande parte dos municípios ainda adotam legislações que dificultam o licenciamento para a instalação da infraestrutura e impõem obrigações, custos e complexidade à aprovação dos projetos do setor.
7	Prevenção de litígios tributários	<ul style="list-style-type: none">• A complexidade tributária se reflete no contencioso, produzindo efeitos negativos sobre os investimentos e a competitividade das empresas brasileiras.• Estudo do Insper estima que o contencioso tributário brasileiro teria alcançado o equivalente a cerca de R\$ 5,44 trilhões, em 2019, magnitude correspondente a 75% do PIB brasileiro.
8	Possibilitar a retomada das exportações de serviços	Garantir marco regulatório que confira segurança jurídica para realização de novas operações de exportação de serviços

PROJETOS A SEREM EXECUTADOS PELO GT CUSTO-BRASIL (3/4)

	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO
9	Aprimoramento das condições de financiamento por parte do BNDES e da FINEP	Possibilitar a redução e simplificação dos custos de financiamento do BNDES e Finep
10	Assegurar fontes de funding estáveis para os bancos de desenvolvimento	Evitar que o financiamento ao desenvolvimento seja interrompido por falta de recursos
11	Propor mecanismos para a elevação do emprego e da valorização salarial , especialmente em setores prioritários para o desenvolvimento industrial	Assegurar o aumento da massa salarial na indústria brasileira
12	Isonomia tributária nas compras governamentais	O art. 150, VI, alínea a da Constituição Federal garante a imunidade tributária aos entes públicos. Em virtude da imunidade citada, os entes públicos, bem como estas entidades (as quais correspondem à maior parte do mercado nacional para dispositivos médicos) não pagam os tributos internos (IPI, PIS, COFINS e ICMS) incidentes na importação quando adquirem bens produzidos no exterior.

PROJETOS A SEREM EXECUTADOS PELO GT CUSTO-BRASIL (4/4)

	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO
13	Aprimoramento dos incentivos a investimentos produtivos no mercado de capitais	No mundo desenvolvido, há um movimento no sentido de maior regulação de instrumentos financeiros com vistas a desincentivar atividades especulativas e a estimular investimentos produtivos
14	Mapeamento de políticas internacionais de incentivo à Transição Energética	Necessidade de maior compreensão das ações internacionais com vistas a maximizar os ganhos na cooperação com parceiros internacionais.
15	Aperfeiçoamento da regulação referente à logística reversa	Necessidade de aprimoramentos na regulação referente à logística reversa, observando inclusive a desejável simetria regulatória entre os vários agentes de cada mercado.
16	Harmonização das legislações dos entes federativos referentes à logística reversa	Necessidade de aprimoramentos na regulação referente à logística reversa, observando inclusive a desejável simetria regulatória entre os vários agentes de cada mercado.
17	Reduzir o custo de financiamento de projetos de infraestrutura	<ul style="list-style-type: none">• A estruturação de projetos de infraestrutura é uma atividade com inerentes complexidades (projetos de longo prazo, com impacto social e ambiental, riscos associados, contratos incompletos, setores e regulação com diferentes níveis de maturidades).• Para que o setor privado tenha segurança para a realização de investimentos, existe a necessidade de transparência e clareza de informações relativas aos diversos projetos.

PROJETOS A SEREM MONITORADOS (1/6)

	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO
1	Regulamentar a Lei Complementar 199/2023, que cria o Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias (CNSOA).	Excesso de obrigações acessórias, acarretando em significativos custos de conformidade tributária para as empresas.
2	Aprovar e regulamentar a Reforma Tributária do consumo , com o menor número possível de exceções à alíquota geral.	<ul style="list-style-type: none">• Cumulatividade dos tributos ao longo da cadeia produtiva.• Excesso de litigiosidade resultante da complexidade tributária.
3	Aprovar e regulamentar a Reforma Tributária da renda , com texto que acarrete uma maior competitividade por parte da economia brasileira.	Carga tributária acima do comparativo internacional (34%, ante a média da OCDE de 23%), reduzindo a competitividade e atratividade para os investimentos
4	Aprimorar marco regulatório do setor elétrico , assegurando a expansão do mercado livre.	<ul style="list-style-type: none">• Restrições à figura do consumidor livre, criando barreiras à concorrência no setor e à possibilidade de redução de custos por parte das empresas.• O PL 414/2021 procura remover essas restrições, além de introduzir outras medidas com vistas à eficiência econômica do setor elétrico.

PROJETOS A SEREM MONITORADOS (2/6)

	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO
5	Aprimoramento da regulação de acesso às infraestruturas essenciais do setor de gás natural .	Necessidade de regulamentar o artigo 28 da Lei do Gás.
6	Remover barreiras à entrada de novos investidores no mercado.	Necessidade de ampliação de investimentos e de aumento de oferta no setor.
7	Regulamentar o DT-e (Documento Eletrônico de Transporte) e o MTR	A falta de regulamentação pode comprometer o uso do Documento Eletrônico e atingir a finalidade de reunir em uma única plataforma as informações das operações de transportes de carga.
8	Aprimorar a Política Nacional de Mobilidade Urbana, por meio de um novo Marco Legal do Transporte Público Coletivo .	É necessário rever pontos da legislação que tratam de: <ul style="list-style-type: none">• modelos de contratação de serviços de transporte público coletivo;• instrumentos de financiamento ao setor; e• subsídios ao funcionamento desse tipo de serviço; e• integração entre os diferentes modais.

PROJETOS A SEREM MONITORADOS (3/6)

	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO
9	Realizar acordos comerciais com parceiros estratégicos .	Necessidade de acesso a mercados de forma mais ampla, para possibilitar a inserção competitiva das empresas brasileiras no mercado internacional.
10	Aprovar e regulamentar Projeto de Lei que institua o Mercado de Carbono no Brasil.	A precificação de carbono é parte importante para a estratégia de incentivo à redução das emissões dos gases de efeito estufa.
11	Viabilizar a efetivação dos investimentos para a universalização dos serviços de saneamento básico .	<ul style="list-style-type: none">• O desenho adequado da regionalização é fundamental para a viabilidade econômica dos serviços de saneamento básico ao longo do país.• Os projetos de regionalização são aprovados no âmbito do CISB, do qual o MDIC faz parte.
12	Construir e implementar a Estratégia Nacional de Infraestrutura da Qualidade (ENIQ) .	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de adequação da regulação da infraestrutura da qualidade com base na proporcionalidade de riscos.• Necessidade de racionalização dos procedimentos de avaliação da conformidade.

PROJETOS A SEREM MONITORADOS (4/6)

	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO
13	Instituir regras para a racionalização do custo regulatório , em que para cada real de custo gerado para as empresas por novas normas, outro real de custo deve ser eliminado em normas antigas.	<ul style="list-style-type: none">• Segundo o IBPT, são editadas, em média, cerca de 829 novas normas por dia útil.• Essas normas geram custos crescentes de conformidade para as empresas brasileiras.
14	Debêntures de infraestrutura PL 2.646/2020	O país tem elevada necessidade de investimentos no setor de infraestrutura. Porém, as restrições fiscais do setor público fazem com que seja necessário o desenvolvimento de novas fontes de financiamento e recursos para esses investimentos.
15	Desenvolvimento da produção onshore de gás natural .	<ul style="list-style-type: none">• Perspectiva é de declínio de reservatórios de petróleo e gás.• Investimento é reduzido na descoberta de novas reservas.• Produção onshore tem vantagens de custo importantes para desenvolvimento da indústria, com preços mais competitivos.• Potencial de produção onshore (convencional e não convencional) tem sido muito pouco explorado.
16	Trabalhar na harmonização da regulação estadual no setor de gás natural .	No âmbito das regulações estaduais, há uma série de restrições à figura do consumidor livre, que impõem barreiras para que as empresas possam minimizar custos referentes à aquisição de gás natural.

PROJETOS A SEREM MONITORADOS (5/6)

	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO
17	Regulamentar o Marco Legal de Cabotagem (Lei 14.301/2022).	Por falta de regulamentação, ainda não foi possível realizar o afretamento de embarcações a tempo pelas modalidades previstas na Lei.
18	Regulamentar o Marco Legal de Ferrovias (Lei 14.273/2021).	Dos 34 itens do Marco Legal que necessitam de regulamentação, apenas cinco já o tiveram.
19	Aprimorar a regulação do Operador Econômico Autorizado (OEA) .	A regulação brasileira do OEA ainda não cumpre exigências do AFC da OMC e do Anexo Geral da Convenção de Quioto Revisada da Organização Mundial das Alfândegas (OMA).
20	Aprimoramento da regulação referente a licenciamento ambiental , especialmente no âmbito subnacional.	<ul style="list-style-type: none">• Superposição de competências.• Falta de clareza de procedimentos.• Insegurança jurídica, até mesmo após a obtenção da Licença Ambiental.

PROJETOS A SEREM MONITORADOS (6/6)

	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO
21	Aperfeiçoamento dos processos de autorização de TUPs (Programa Navegue Simples)	Necessidade de simplificação dos processos de autorização de terminais de uso privado (TUPs) nos portos brasileiros.
22	Instituir a regulação econômica da praticagem.	<ul style="list-style-type: none">• A praticagem constitui o terceiro principal componente de custos da cabotagem no Brasil, sendo que as restrições técnicas da atividade acarretam em falhas de mercado que necessitam de regulação.• Há vários PLs em tramitação sobre o assunto no Congresso, com destaque para o PL 757/2022.
23	Implementar o novo Sistema de Apoio Oficial à Exportação	Necessidade de retomar as operações do sistema de financiamento e garantia às exportações e aos investimentos brasileiros no exterior.
24	Reforma da Lei do Bem	Ampliação do escopo de empresas beneficiadas

CRONOGRAMA BÁSICO DE ATIVIDADES PARA CADA AÇÃO SOB EXECUÇÃO DO GRUPO INTERMINISTERIAL

1ª FASE

Participantes: intra-governo.

Objetivos: i) debate preliminar sobre o problema regulatório; ii) elaboração de um pré-diagnóstico.

2ª FASE

Participantes: intra-governo com o setor privado.

Objetivo: realizar oitivas para obter percepção do público especializado sobre o problema regulatório e possíveis propostas.

3ª FASE

Participantes: intra-governo.

Objetivos: i) concluir diagnóstico sobre problema regulatório; ii) concluir propostas para o problema; iii) materializar propostas em minutas de atos normativos; e iv) elaborar relatório para encaminhar e justificar propostas.

PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO NA ARCB

Espera-se a participação do setor produtivo da seguinte forma:



17 Projetos sob execução do Grupo Interministerial:

- Na segunda fase da execução de cada ação:
 - Reuniões específicas com o subgrupo.



Projetos sob execução e sob monitoramento:

Audiência diretamente com a SCPR/MDIC para trazer problemas e alternativas regulatórias.

Observatório do Custo-Brasil:



Instrumento de comunicação com o setor produtivo sobre o **andamento dos trabalhos.**

Transparência do **sistema de monitoramento** dos projetos.

SECRETARIA DE COMPETITIVIDADE E REGULAÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

MAIS INFORMAÇÕES, FAVOR CONTATAR
+ 55 61 2027-8292 / 7717 / 7240

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA
COMÉRCIO E SERVIÇOS

